

JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE, RAZÃO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

INEXIGIBILIDADE Nº. 20250224/02-INEX - PROCESSO Nº. 20250224/02

OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA FELIPÃO E FORRÓ MORAL PARA O CARNAVAL (IPU FOLIA 2025) NO MUNICÍPIO DE IPU/CE.

O MUNICÍPIO DE IPU, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida José de Alencar, S/N, Palácio de Iracema Pereiros, Ipu/CE, Ceará, CEP. 62.250-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 07.679.723/0001-08, através da Secretaria de Cultura neste ato representado Sr. Vinicius Oliveira de Moura, por intermédio do Agente de Contratação, necessita contratar os serviços mencionados no objeto acima mencionado:

1. JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE: BASE LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra.

Entretanto há requisições que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais. Na ocorrência de licitações inviáveis ou impossíveis a lei previu exceções as regras, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob obediência ao estabelecido no artigo 72, lei 14.133/2021.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - Razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - Autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

A situação em análise enquadra-se na hipótese prevista no Art. 74 II da Lei 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

...

II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

No caso em questão se verifica a análise do inciso " art. 74 da Lei 14.133/2021. Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos preceitos estabelecidos no art. 74, II, da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta.

2. JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DE ARTISTA:

Esse processo tem a finalidade de CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA FELIPÃO E FORRÓ MORAL PARA O CARNAVAL (IPU FOLIA 2025) NO MUNICÍPIO DE IPU/CE.

Justificativa pertinente à escolha da Contratação da banda Felipão e Forró Moral de acordo com a proposta da contratada e ato de inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, Inciso II da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, e alterações posteriores.

Assim, e por entender que se encontram cumpridos os requisitos previstos na legislação, em especial quanto a fundamentação da contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, em conformidade com o art. 74, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, passa-se a JUSTIFICAR a indicação em análise.

3. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – ADEQUAÇÃO DO ART. 74, II, DA LEI 14.133/2021:

A Secretaria Municipal de Cultura, responsável pela supervisão das ações e serviços na área cultural, artística e de manutenção das festividades e tradições culturais, além de exercer outras atividades como a integração da cultura com as políticas públicas, vem expor os motivos que justificam a contratação da empresa **F PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA**, CNPJ: 10.579.197/0001-19 aduzindo, para tanto as seguintes razões.

Considerando a notoriedade e relevância da artista no cenário musical regional, bem como sua expressiva presença nas redes sociais e o sucesso contínuo da aceitação pública nos eventos realizados pelo artista neste município, justifica-se a inexigibilidade de licitação para a contratação do cantor referido para uma apresentação artística.

A banda FELIPÃO E FORRÓ MORAL é consolidada como uma referência no segmento de estilo musical de forró e ritmos nordestinos, mas com uma pegada bastante dançante e moderna, o que o

torna uma opção popular durante o Carnaval. A banda se destaca com seu ritmo autêntico, tocando músicas de forró e ritmos nordestinos que fazem os foliões se divertirem muito, festas e o cotidiano, temas que combinam bem com a atmosfera carnavalesca.

Durante o Carnaval, a banda Felipão e Forró Moral costuma tocar canções com bastante energia e animação, adaptadas para o ritmo festivo da época, com muita ênfase no forró atualizado e ritmos nordestinos. Eles trazem ao palco uma sonoridade envolvente, com a combinação de instrumentos tradicionais como a zabumba, triângulo e sanfona, mas também com a inclusão de batidas eletrônicas e efeitos que fazem com que suas músicas se encaixem perfeitamente nas festas e blocos de rua do Carnaval.

A proposta de Contratação da banda Felipão e Forró Moral alinha-se à busca por entretenimento de qualidade, capaz de envolver e cativar diferentes públicos. Sua capacidade de animar plateias e criar experiências únicas torna-a uma escolha natural para eventos que buscam agregar valor e proporcionar momentos marcantes.

Assim, pela singularidade, notoriedade e contribuição cultural do artista para a comemoração do carnaval, a presente justificativa respalda a decisão de inexigibilidade de licitação, garantindo não apenas um espetáculo de qualidade, mas também a promoção da diversidade e riqueza artística em eventos promovidos por esta Prefeitura.

Portanto, vislumbra-se que o seu histórico profissional permite a Administração Pública enquadrá-lo no conceito de serviço singular, a partir do qual torna-se inviável a competição para sua seleção, consoante art. 74, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação da banda Felipão e Forró Moral, através do seu empresário exclusivo **F PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA**, CNPJ: 10.579.197/0001-19, com sede Av. oliveira Paiva, n.º 1600, loja 11, Cidade dos Funcionários, Fortaleza/CE.

4. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Assim, e por entender que se encontram cumpridos os requisitos e fundamentando a contratação em **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, em conformidade com o art. 74, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, passa-se a JUSTIFICAR o valor do objeto do contrato.

Pela contratação da empresa supramencionada, para execução dos serviços artísticos, a Secretaria de Cultura, pagará ao proponente a importância total de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**.

Para tanto, como justificativa de preço, a futura contratada encaminhou, juntamente à sua proposta e demais documentos necessários, 03 (três) Notas Fiscais de apresentações recentes, conforme abaixo:

- a) Nota Fiscal N.º 270 de 28/06/2024 da empresa **F PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA**, como tomador de serviços a Prefeitura Municipal de Itaíba, CNPJ: 11.286.382/0001-88 valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- b) Nota Fiscal N.º 308 de 17/12/2024 da empresa **FELIPÃO E FORRÓ MORAL EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA**, como tomador dos serviços

a Prefeitura Municipal de Solidão, CNPJ: 10.348.050/0001-18 valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

- c) Nota Fiscal N° 311 de 23/12/2024 da empresa FELIPÃO E FORRÓ MORAL EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA, como tomador dos serviços o Município de Caxias, CNPJ: 06.082.820/0001-56 no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais);

Nestes termos, foi comprovado que o valor ofertado encontra-se equivalente ao que vem sendo praticado em outros municípios e entes públicos, levando em conta os aumentos decorrentes da atual situação econômica e financeira do país, nos exatos termos do art. 23, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Como assinalado no §2º, do artigo 94, da lei 14.133/2021, segue as especificações referentes aos custos do cachê artístico, conforme descrito na Proposta de Preço:

ITEM	OBJETO	R\$ UNT	R\$ TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA FELIPÃO E FORRÓ MORAL PARA O CARNAVAL (IPU FOLIA 2025) NO MUNICIPIO DE IPU/CE.	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00
TOTAL			R\$ 150.000,00

Destaca-se que no valor final da proposta estão inclusas as despesas com pessoal, aéreos, transporte, alimentação, entre outros, sendo condizente com o praticado no mercado, conforme item acima discriminado.

Ademais, não se pode deixar de destacar que pretende a municipalidade a contratação da artista, consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, cuja participação do show artístico da artista Felipão e Forró Moral, deste Município, terá a capacidade de influenciar diversas pessoas, incrementando, a economia local, gerando emprego e renda, contribuindo para a divulgação e fortalecimento deste município, além da manutenção das tradições e festividades culturais da cidade.

5. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL.

Nos procedimentos administração para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no artigo 62 Lei 14.133/2021.

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - Jurídica;
- II - Técnica;
- III - Fiscal, Social e Trabalhista;
- IV - Econômico Financeira

Diante disso resta deixar ressignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico financeira e regularidade fiscal.

6. DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO.

DECLARAMOS para os devidos fins, especialmente em atendimento ao disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000- Lei de Responsabilidade Fiscal, informamos que há estimativa de impacto Orçamentário e Financeiro, o processo encontra-se em compatibilidade e adequado com a nossa Legislação Municipal, em especial com o PPA - Plano Plurianual, com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e por fim, com a LOA - Lei Orçamentária anual, e assim sendo, existe previsão dos recursos orçamentários, para assegurar o pagamento das despesas relacionadas ao objeto indicado acima, consoante da disponibilidade de dotação orçamentária para a tal finalidade.

As despesas decorrentes dos serviços constantes do objeto supramencionado, correrão à conta da dotação orçamentária própria da Secretaria De Cultura do Município de Ipu-CE, constante da Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2025, na seguinte classificação programática:

SECRETARIAS	DOTAÇÕES	ELEMENTO DESP
SECRETARIA DE CULTURA	1001.04.122.0009.2.056	3.3.90.39.00

7. CONCLUSÃO:

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração contratá-los sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, é decisão discricionária do Gestor optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da Auditoria Interna e Assessoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Ipu(CE) em 25 de fevereiro de 2025.



Sávio Ribeiro Paulino
Agente de Contratação